



O Povo no Movimento de Cultura Popular de Recife¹.

Kelma Fabíola Beltrão de Souza²

Faculdade Metropolitana da Grande Recife.

Resumo

Reflexões de como a cultura popular foi percebida e retratada no Livro de Leitura utilizado na alfabetização de adultos do Movimento de Cultura Popular de Pernambuco. O Livro de Leitura ou Cartilha do MCP serviu como instrumento de apoio no Projeto de Educação pelo Rádio que ocorreu na década de sessenta do século passado. Estas reflexões partem da percepção que as educadoras Norma Porto e Josina Godoy (organizadoras do Livro e integrantes do MCP) tinham sobre os contextos populares ao construírem a idéia de povo contida no Livro de Leitura.

Palavras-chave

Povo; Educação; Cultura

Existe uma facilidade de encontrarmos em muitos âmbitos sociais, políticos, educacionais e culturais referências ao “povo”. Hoje principalmente com algumas políticas de “resgates culturais” usar o termo “povo” pode conduzir grupos a muitos caminhos de “autorização” para falar para ele, através dele e em nome dele. Este não é um fenômeno novo, Bourdieu (1990, p. 181) nos fala que nos vários campos (religiosos, políticos, educacionais, artísticos, etc) os intelectuais sempre estão ou se sentem “autorizado a falar do “povo” ou para o “povo” (no duplo sentido: para o “povo” e no lugar do “povo”)”.

Restringiremos nossas reflexões aqui ao campo educacional. Quando o povo vai surgir como categoria que precisa ser educada, e vários grupos e instituições vão se lançar no espaço público para “educar este povo”.

Assim na década de sessenta ocorre em Recife o Movimento de Cultura Popular - MCP, onde governo, intelectuais, artistas se organizam em prol da educação e cultura da população infantil e adulta.

¹ Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP de Comunicação Educativa

² Graduada em Comunicação Social (Relações Públicas) pela UNICAP, especialista em História de Pernambuco pela UFPE, mestrada em Comunicação Rural pela UFRPE. Atualmente é estudante de graduação do curso de História da UNICAP e Professora Adjunta da Faculdade Metropolitana da Grande Recife, Instituto Pernambucano de Ensino Superior e (Rede Unip) da Prefeitura de Recife no ensino fundamental I. E-mail: beltraokelma@yahoo.com.br – autora.



Neste projeto de educação popular delimitamos tratar aqui apenas da educação de adultos, em especial o que se refere às escolas de rádio. Lembrando que na educação de adultos havia uniformidade das idéias (tônica a conscientização e liberdade), mas na sua execução havia duas propostas: as do Circulo de Cultura de Paulo Freire e as Escolas de Rádio/Livro de Leitura.

Aqui falaremos sobre o projeto escolas de rádio, projeto que hoje conhecemos por Educação a Distância, que utilizava como recurso de apoio às transmissões das aulas feitas através da Rádio Clube e Continental, o Livro de Leitura para Adultos. É neste livro que nos deteremos ao analisar o aparato teórico-conceitual que o MCP aí representado tinha sobre os contextos populares que eram atendidos por este movimento.

É a partir deste Livro de Leitura, que recebe muitas críticas e elogios no período, que analisaremos a percepção que se tinha sobre os contextos populares. Quem era este povo produtor de uma cultura genuinamente popular? Como ele foi percebido?

Percebemos que o povo é percebido pelo menos sob dois aspectos: como mito e como classe. Canclini (1983) nos diz que este modo de entender as culturas populares predominaram durante muito tempo, sendo fruto de um nacionalismo conservador latino americano e de uma teoria marxista preocupada com a ideologia das classes dominantes.

As interpretações de Canclini convergem com a tendência atual da História Cultural em se estudar a cultura popular. Afirma Vainfas (1997,p. 149). “...Em uma palavra, a Nova História Cultural revela uma especial afeição pelo informal e, sobretudo, pelo *popular* [destaque do autor]”. Este aspecto nos remete a uma terceira característica da História Cultural: “a sua preocupação em resgatar o papel das classes sociais, da estratificação e mesmo do conflito social [...]”(VAINFAS, 1997, p. 149).

Dessa forma, é a partir deste contexto que procuraremos entender nosso objeto de estudo: o Livro de Leitura e as implicações culturais, ou melhor, a abordagem sobre cultura popular por ele trazida.

É importante salientarmos que este estudo é de caráter inicial e que utilizaremos como fonte o próprio Livro de Leitura ou Cartilha do MCP disponível na íntegra no Memorial do MCP.

O Movimento de Cultura Popular Pernambuco

No início da década de 60, em Recife, vários artistas, intelectuais, religiosos, políticos e estudantes estavam preocupados com os problemas que envolviam a educação e a cultura da população.

Abelardo da Hora (apud MEMORIAL DO MCP, 1986) relata que em 1949, ele já tinha intenção de formar um grande movimento cultural. Mas foi só em 1960, com Miguel Arraes no governo municipal de Recife, que o movimento começaria a funcionar. Hora coloca que o prefeito o teria chamado e esclarecido suas intenções em apoiar um “amplo movimento de Educação e Cultura”, aproveitando a estrutura desse movimento cultural e sugerindo acrescentar um setor de educação para alfabetização de crianças e adultos. De acordo com Abelardo da Hora, o prefeito já conhecia um grupo de educadores católicos. Estes desenvolviam atividades em conjunto na Comunidade de Camaragibe e atividades da juventude católica. O grupo era formado por Paulo Freire, Germano Coelho, Paulo Rosas, Anita Paes Barreto, Norma Porto Carreiro. Coelho, Josina Godoy, Giselda Fonseca e Maria Antônia Mac-Dowel.

Em se tratando da política desenvolvida em Recife havia uma dedicação do governo (governo Miguel Arraes) em se colocar como “popular e abrir os canais de recepção das demandas populares dentro dos desígnios do nacional - reformismo são observados em todo desenvolvimento da gestão de Arraes” (JACCOUD, 1986, p.12).

Para Rosas, Arraes assumiu a Prefeitura do Recife com o propósito de realizar um governo de tendência popular, não populista, aberto a população, organizadas ou não (MEMORIAL DO MCP, 1986, p. 21).

A articulação de Miguel Arraes com as classes populares, setores progressistas e nacionalistas foi fruto da formação da Frente do Recife. Estruturada pelas correntes de esquerda em Pernambuco (PCB, PTB e PST), a Frente do Recife disputou as eleições em Pernambuco a partir de 1955, apesar de muito antes vir demonstrando sua força eleitoral.

No que se refere à política de educação, a gestão de Arraes, traz uma abordagem nova na prefeitura do Recife, que até então não tinha ações nessa área. Dentro desse contexto emerge uma educação voltada para os interesses populares, nacionalistas e principalmente representada pelo Movimento de Cultura Popular – MCP.

São, portanto, nas gestões de Arraes (municipal e estadual, de 1960 a 1964), que acontecem investimentos significativos na educação, com propostas de caráter popular.



As preocupações com os problemas educacionais, recebem devida atenção com a instituição do Movimento de Cultura Popular – MCP.

Diante dessas perspectivas, em maio de 1960 foi criado o MCP, instituição sem fins lucrativos, com sede no Sítio da Trindade, em Recife - Pernambuco. Trata-se de ações direcionadas para os contextos populares: ensino, artes plásticas, dança, música, teatro, entre outros.

As escolas radiofônicas

Uma das propostas do MCP era atingir os adultos no contexto educacional. Visando atingir esse objetivo em setembro de 1961, são organizadas as escolas de rádio.

É importante salientarmos que no ensino para adultos existiram duas tendências. Uma organizada pelas propostas de Paulo Freire. E a outra a das escolas de rádio, que teve início em setembro de 1961 e que faziam parte do Projeto de educação pelo rádio.

Para implantação das escolas radiofônicas, Rosas (1986, p. 26) relata que havia um levantamento de locais desejosos de classes noturnas. O fato das unidades escolares terem sido construídas em bairros pobres e periféricos permitiu o acesso da educação às camadas populares.

Em relação ao conteúdo a ser transmitido através do rádio, Germano Coelho, na época, presidente do Movimento de Cultura Popular, assinou um convênio com o Sistema de Rádio Educativo – SIRENA, que tinha discos e cartilhas, mas, segundo ele, os conteúdos disponíveis não estavam adequados à realidade da população local.

Então surge a necessidade de suprir esse material. Paulo Freire teria sido o primeiro requisitado por Germano para elaboração da cartilha, mas não concordou em fazê-la, as próximas consultadas teriam sido Norma Coelho e Josina Godoy, que aceitaram. Logo no começo da experiência, os textos das aulas elaboradas pelas educadoras foram mimeografados, só em 1962 ele foi sistematizado num livro, o Livro de Leitura para Adultos ou Cartilha do MCP. Para elaboração do livro, as autoras estudaram as experiências de outros países com características semelhantes, publicadas nas revistas da UNESCO. Nesse sentido, o livro foi elaborado por professoras/intelectuais e oferecido às camadas populares.

De acordo com as autoras, a intenção da cartilha era elaborar uma “maneira de ensinar a ler que pudesse realmente, interessar ao homem e mulher do Nordeste, cansados de luta diária pela sua sobrevivência e a de seus filhos”. A partir disso chegaram a



conclusão que só tratando sobre as causas desses problemas poderiam contribuir (MEMORIAL DO MCP, 1986, última página, sem numeração).

Os programas radiofônicos eram transmitidos pelas rádios Clube de Pernambuco e pela rádio Continental à noite. O espaço físico para as aulas era compartilhado o mesmo espaço físico das escolas diurnas para crianças e adolescentes. Essa estrutura era garantida em parte pela Prefeitura que contribuía com o aparelho de rádio, quadro e cadeiras ou doada pela população. (SOUZA, 2006)

Todo esse processo da transmissão e elaboração, através das escolas radiofônicas, era comandado por um grupo central. As escolas contavam com monitores, que com orientações do Guia do Alfabetizador¹ mediavam os conteúdos transmitidos pelo rádio. Em 1961, no Diário de Pernambuco fala-se em 60 escolas radiofônicas. Cada escola tinha entre 20 a 40 alunos; e que em 1963 são registrados cerca de 400 alunos supervisores. (AZEVEDO, 1986)

Intelectuais à Frente

Pretendia-se conscientizar o aluno adulto de muitas coisas, pensava-se que com esta consciência o aluno poderia se conduzir ou conduzir os outros para uma transformação social linear e positiva. Estas pessoas agora livres poderiam conduzir um futuro melhor. Brayner (1995) nos diz que nos anos 50 quando os temas do projeto nacional ganham significativa expressão os intelectuais aderem às causas populares. Descobrem assim o povo e sua cultura. Citando a análise de Pécault (apud BRAYNER, 1995) ele reforça que: “[...] nas diversas épocas, os intelectuais brasileiros não cessaram de bradar sua competência e conhecimento sobre as leis regendo a história e sua inscrição nesta história”. Sem entrar em méritos ou deméritos da questão o certo é que as educadoras que organizavam o Livro de Leitura tinham um pensamento, uma percepção do que era necessário para os contextos populares e quem eram eles. É neste sentido que organizam este livro de leitura.

As culturas populares e o mito: uma visão romântica

O que é cultura popular: criação espontânea do povo, a sua memória convertida em mercadoria ou o espetáculo exótico de uma situação de atraso que a indústria vem reduzindo a uma curiosidade turística?

São essas as indagações de Garcia Canclini (1983, p. 11) sobre a visão romântica de cultura popular, onde se isola as criações do povo, imaginando de forma sentimental comunidades puras, isoladas da sociedade capitalista. Essa compreensão de cultura popular foi formulada na Europa pelo populismo romântico, na América Latina pelo nacionalismo e indigenismo conservadores.

Para o autor (GARCIA CANCLINI, 1983) estas concepções, que predominaram durante muito tempo, não compreendem as culturas populares como resultado da absorção das ideologias dominantes e das contradições entre as próprias classes oprimidas. É como se as culturas populares tivessem que seguir uma ordem estática e isolada fora de um processo histórico dinâmico e ativo que a sociedade vive, esteja ela em qualquer situação.

Observando o Livro de Leitura (apud MEMORIAL DO MCP) devemos considerar que de um lado as autoras valorizam a cultura popular produzida pelo povo, o que vem do povo vai adquirir status de cultura. Uma das características do Romantismo (MARTÍN-BARBERO, 1997). Vejamos o que nos diz o Livro de Leitura: ‘O frevo é música típica do povo pernambucano. O maracatu, o samba e o baião também são ritmos populares no Nordeste; O MCP procura captar os ritmos populares do Nordeste, gravando a música do Bumba-meu-boi, da chegada do pastoril’(lição 67 e 69 do Livro de Leitura). As autoras procuram valorizar a produção artística deste contexto populacional.

Porém quando as autoras tentam resgatar as produções culturais colocam-nas como se fosse algo necessário para elevar o nível cultural. Este mesmo povo que é “valorizado” é também tido como in-culto, numa oposição àqueles que não estão inseridos num modo ilustrado de pensar a cultura. Onde se constrói uma concepção do popular “não pelo que ele é, mas pelo que lhe falta” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 25). Frases da Cartilha afirmam: “O MCP congrega homens de todas as raças, de todas as opiniões, de todas as religiões, para um fim comum: elevação do nível cultural do povo; Cultura para todos os homens, é uma mensagem de esperança; Enfim, o MCP procura atacar todos os problemas relacionados com a elevação do nível cultural do povo”(lição 54, 56 e 75 do Livro de Leitura).

Outro aspecto importante percebido no Livro de Leitura, que nós dá uma pista da idéia do popular como romântico é o uso do nome: folclore. “O folclore é um conjunto das tradições de um povo”, afirma trecho da lição 69. (MEMORIAL DO MCP, 1986).



Martín-Barbero (1997, p. 28) mostra que um das características apresentadas pelo Romantismo está explícito no próprio nome: Folklore. Nome carregado do sentido do populismo, bem como da separação de dois mundos culturais: o rural (arte ingênua e crenças) e o urbano (arte refinada). De certo é que esta forma de pensar a “cultura popular” não vai enxergar as diferenças e contradições que existem neste contexto. Idealizando assim a cultura popular de modo sentimental e puro, as autoras vão apresentar uma concepção de povo semelhante ao que nos diz Martín-Barbero (1997, p. 29):

Pensado como “alma” ou matriz, o povo se converte em entidade não analisável socialmente, não trespassável pelas divisões e pelos conflitos, uma entidade abaixo ou acima do movimento social. O povo-Nação dos românticos conforma uma “comunidade orgânica”, isto é, constituída por laços biológicos, telúricos, por laços naturais, quer dizer, sem história [...] (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 29)

A liberdade: o popular como classe.

No momento em que foi organizado o MCP, a sociedade vivia no período de Guerras Frias, marcadas por uma divisão em blocos: capitalista e comunista. O interesse de alguns grupos se atrela ao capitalismo, justificado tanto pelas ações capitalistas como pela dependência econômica dos Estados Unidos, principal país e articulador do bloco capitalista. Já outros grupos vinculam seus ideais ao do Comunismo e ao do Socialismo.

Portanto, é para conter o avanço do bloco socialista que pressões acontecem pelo Brasil. Essas pressões caem em Pernambuco, sobre as lideranças políticas com propostas de caráter popular, bem como sobre a população que comunga com essas propostas, como por exemplo, aqueles que estão envolvidos diretamente com a política educacional proposta pelo MCP.

Mesmo sendo um movimento que agregava diferentes atores sociais, no contexto educacional se percebe uma proposta que incentiva a conscientização das camadas populares. Tanto que era apontado por muitos (parte da imprensa pernambucana, setores da opinião pública, entre outros) como um movimento de intenções socialistas e por que não dizer “subversivo” (WEBER, 1984).



Mas o certo é que esta postura perpassa a percepção marxista que as autoras do Livro de Leitura demonstram ter sobre as camadas populares: o povo.

A tônica vai ser entender a cultura popular como “classe”. Essa idealização vai dissolver o popular, pois só vai conseguir ver as produções das camadas populares diante do plano econômico. Tudo que vem do popular só fará sentido diante das relações de produção. “E toda concepção de luta social que não se centre aí [...] é mistificadora e enganosa, desvia e obstaculiza” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 37)

Assim do mesmo jeito que as autoras percebem o povo como produtor de uma cultura genuína e original, em outros momentos vão se referir a este mesmo povo como classe que necessita “ter consciência” para se libertar.

Na introdução do Livro de Leitura do MCP uma frase de Anísio Teixeira diz: “Cartilha do MCP é uma introdução à liberdade”. É como se a “classe trabalhadora” tivesse um instrumento que o levasse a uma certeza.

Martín-Barbero (1997) nos diz que o pensamento marxista apresenta de forma mútua uma exatidão teórica e uma iluminação política. “[...] O marxismo aspira a transbordar os limites do pensamento e se apresenta como um movimento mesmo da história, feito consciência na classe capaz de realizar seu sentido”.(Idem, p. 37)

Dessa forma as educadoras Norma e Josina atuaram através do Livro de Leitura para fornecer instrumentos para que este “povo” tivesse consciência de classe. A classe consciente da sua realidade econômica, política, social estaria livre para conduzir uma transformação política e social. O viés educacional surge neste momento como a mola propulsora para que ocorram estas mudanças no contexto popular: “Pelo estudo ele, em realidade, será um cidadão livre.”(Lição 28, Livro de Leitura) O “trabalhador”, dessa forma, seja ele operário ou camponês, não mais alienado (pois aprendeu com o Livro de Leitura) conduzirá ou será conduzido historicamente. Todos seguirão conscientemente este caminho determinado. “O verdadeiro líder defende os direitos do povo. O povo o segue conscientemente.”(lição 43, Livro de Leitura)

Assim, determinando o que irá acontecer e reduzindo a concepção do popular como classe, as autoras deixam de perceber aspectos de um contexto heterogêneo e dinâmico, que age diante de circunstâncias diversas.



Considerações finais

O Movimento de Cultura Popular foi organizado dentro de um contexto histórico, e como todo momento traz suas peculiaridades. Mesmo percebendo hoje, num estudo inicial, que a visão de Norma Porto e Josina Godoy, integrantes do MCP, deixavam de perceber que as Culturas Populares são “o resultado de uma apropriação desigual do capital cultural, [e] realizam uma elaboração específica das suas condições de vida através de interação conflitiva com os setores hegemônicos”(GARCIA CANCLINI, 1983, p. 43, 44). É importante compreendermos que determinadas concepções sobre cultura cumpriram papéis significativos no momento em que foram utilizadas, porém por um outro lado enfatizamos que questões importantes deixaram de ser entendidas por causa da percepção que se tinha sobre o povo.

Martin-Barbero (1997, p. 37) afirma que o componente racionalista trazido pelo marxismo rompe definitivamente com os resíduos do romantismo, descartando a idéia de povo e considerando-o apenas como classe. Em se tratando do MCP, ao que parece, essas formas de perceber a cultura popular coexistiram.

A partir do que nos revelou o Livro de Leitura das Escolas Radiofônicas, havia um enfoque sobre cultura popular que ora estava próximo a percebê-la como original ora a reduzi-la ao plano econômico e a luta de classes.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Janete M.^a Lins de. **Reconstituição Oral da história recente da educação popular em Pernambuco: O Movimento de Cultura Popular**; Recife; Relatório final de pesquisa. Departamento de Fundamento sócio – filosóficos da educação. CE – UFPE. 1986.

BRAYNER, Flavio H. A. **Ensaio de Crítica pedagógica**. São Paulo: Autores Associados, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990

GARCIA CANCLINI, Néstor. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARTÍN-BARBERO. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MEMORIAL DO MCP. **Recife**: Fundação de Cultura da Cidade de. Coleção Recife, volume XLIX; Recife. 1986.



PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e educação de Adultos**. SP: Edições Loyola.1973.

SOUZA, Kelma F. Beltrão de. **A Educação a Distância e o Movimento de Cultura Popular – MCP**. Olinda: Livro Rápido, 2006.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. (org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

WEBER, Silke. Política e Educação: O Movimento de Cultura Popular no Recife. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol 27, n. 2, 1984, pp 233 a 262.
